

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Andressa Anholete / Agência Senado



Flávio Bolsonaro acredita em recuperação

PL pede paciência ao Centrão, e encomenda pesquisa

Em um esforço para garantir o apoio do Centrão a Flávio Bolsonaro, o PL avisou partidos como União Brasil, PP e Republicanos que encomendou pesquisa que será feita nesta semana para avaliar a situação de seu pré-candidato a presidente da República.

Há a expectativa de que tenha sido estancada a queda nas intenções de voto de Flávio que começou ocorrer depois da divulgação de suas conversas com Daniel Vercaro, ex-dono do Banco Master.

Caso essa esperança seja confirmada, o PL vai tratar de investir na recuperação do filho de Jair Bolsonaro que, apesar do desgaste, é, de longe, pré-candidato mais bem posicionado entre os apresentados pela direita.

Idas e vindas

O Centrão havia avisado que esperaria uma recuperação de Flávio Bolsonaro só até o fim de maio (os diálogos dele com Vercaro vazaram no dia 13 do mês passado). Mas a viagem dele aos Estados Unidos e a decisão da Casa Branca de classificar como terroristas o PCC e Comando Vermelho ajudaram a esticar o prazo. O problema é saber até que ponto Flávio foi afetado pelas novas represálias previstas pelos EUA contra o Brasil.

Reprodução/Instagram @antonio_de_rueda



Rueda com Ciro Nogueira: Centrão aguarda

Caminhos livres

Apesar das diferenças com o governo Lula, partidos como o União, PP e Republicanos não descartam nem mesmo o apoio formal à reeleição do presidente. Uma negociação que envolveria o tempo de propaganda eleitoral na TV.

Presidente do União, o advogado Antônio Rueda já comentou com aliados que não haveria problema em fazer essa migração. O plano B seria, inicialmente, Ronaldo Caiado (PSD), o problema é que ele pouco cresce nas pesquisas.

Ministérios

Não seria difícil para esses três partidos, mais identificados com o conservadorismo, justificarem um apoio a Lula: todos já comandaram ou comandam ministérios e, em tese, fazem parte da base do governo. Outro detalhe importante tem a ver com questões regionais. No Nordeste, candidatos menos identificados com a direita evitam brigar com a popularidade de Lula.

HC preventivo

O fator Supremo Tribunal Federal é outro que joga a favor de um eventual apoio do Centrão a Lula. Há, em partidos do grupo, o consenso de que o presidente tem muita influência na corte. Apoiar sua reeleição ao Palácio do Planalto seria assim uma espécie de habeas corpus preventivo.

Maioria

Rueda e o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI) estão na lista dos mais preocupados com eventuais condenações no STF. A "bancada" da oposição na corte só contaria com três integrantes: Nunes Marques, André Mendonça e Luiz Fux; a governista, com os outros sete ministros.

Nunes em campo

Para os petistas, ao determinar a censura à pesquisa AtlasIntel que registrou a queda de Flávio Bolsonaro, Nunes Marques, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, mostrou em que time jogará no pleito de 2026. A dúvida, agora, é saber como atuarão os outros integrantes da corte ao julgarem o caso.

Dúvidas

A decisão do ministro gerou dúvidas até entre bolsonaristas: primeiro, por ter ocorrido dias depois da divulgação da pesquisa; segundo, por permitir à esquerda questionar os limites da liberdade absoluta tão pregada pelos seguidores de Jair Bolsonaro. Petistas, ontem, trataram de espalhar o mote "Flávio Bolsonaro ditador".

Até Neymar...

Sabe aquela proposta de emenda constitucional que acaba com a jornada de seis dias de trabalho por um de descanso. Hoje, 9 de junho, ela completará onze dias de gaveta no Senado. Aprovada na Câmara, foi publicada no Diário Oficial do Senado no dia 29. Periga Neymar entrar em campo antes dela.

Bola pro lado

Até o início da noite de ontem, a página do Senado indicava que a matéria estava aguardando despacho — que cabe ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP). Ele já deixou claro para empresários e integrantes da oposição que não tem a menor pressa em colocar a PEC para caminhar.



Alcolumbre não vai atrasar nem acelerar PEC

Relator da PEC 6X1 deve ser definido nesta semana

Alcolumbre mira em senador com perfil moderado

Por Gabriela Gallo

A reunião de líderes do Senado Federal desta semana, convocada pelo presidente da Casa Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), definirá o cronograma e o relator da Proposta de Emenda à Constituição que reduz a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais e determina o fim da escala de trabalho 6X1 (PEC 221/2019). A previsão é que a reunião ocorra na terça-feira (9) ou, no máximo, nesta quarta-feira (10).

Após o presidente da Casa Alta ressaltar que o tema não será votado direto no plenário da Casa, mas passará primeiro pelas comissões da Casa, também segue a expectativa de quem será o senador escolhido para relatar a proposta que veio da Câmara dos Deputados. Nos bastidores, a previsão é que Alcolumbre defina um parlamentar de perfil moderado para relatar a proposta.

Contudo, isso também dependerá de qual a primeira comissão na qual o texto tramitará. Caso a PEC seja enviada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), caberá ao presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), indicar o relator. Ambas as escolhas serão decisivas para definir o ritmo da discussão, a possibilidade de audiências públicas e eventuais mudanças no texto.

Mas, independentemente do nome definido para relatar a

medida, o ponto é que Davi Alcolumbre não dificultará o andamento do processo, mas também não acelerará.

"Seria muito razoável se o Senado pudesse melhorar um texto com essa importância, se os senadores pudessem debater um assunto dessa envergadura com calma, sem açoitamento, sem pressa", defendeu o senador em sessão no plenário pré-feriado.

A PEC 221/2019 concede o período de transição de 14 meses após a promulgação do texto (ou seja, após ele ser aprovado na Câmara e no Senado) para a nova jornada de trabalho. A medida determina que, após 60 dias depois da promulgação, deve-se acabar a escala 6X1 para trabalhadores de carteira assinada para ser instalada a escala 5X2 (os dois dias de folga não precisam ser necessariamente aos finais de semana). Nesse mesmo período também será reduzida a jornada de trabalho de 44 para 42 horas semanais. Após 12 meses depois deste período, totalizando os 14 meses pós promulgação, será instalada a jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial para nenhum dos processos.

Na CCJ, Alcolumbre chegou a pautar uma PEC alternativa da oposição que flexibiliza a escala de trabalho, mas determina que a jornada tem que ser feita mediante acordo entre funcionário e patrão.